

TEMPO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO

Emília Rodrigues Araújo*

Resumo

Este texto desenvolve algumas ideias acerca da importância do tempo no desenvolvimento. O tema é amplo e remete para múltiplas questões relacionadas com a economia, a política e a cultura. Debruçamo-nos sobre um dos dilemas centrais que se colocam hoje ao desenvolvimento: a relação entre tempo de curto prazo e tempo de longo prazo, buscando problematizar alguns dos principais elos de ligação com a cultura.

Palavras-chave: Tempo; desenvolvimento; futuro; cultura; economia

* Emília Araújo é Professora Auxiliar no Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, doutorou-se em Sociologia, em 2005. Ensina nas áreas das metodologias, cultura e tecnociência e tem desenvolvido trabalho de investigação sobre sociologia do tempo, mobilidades e ciência. Foi investigadora principal do projeto “Mobiscience: trajectórias de investigadores Portugueses e circulação do conhecimento” e tem participado em vários projetos de investigação relacionados com a cultura, ciência e tecnologia. É membro da Associação Portuguesa de Sociologia e da IAMCR. Dinamiza a Associação Portuguesa de Estudos do Tempo e Sociedade. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal. E-mail: emiliararaujo@gmail.com

Introdução

No último número da revista *Temporalités*, dedicado ao tempo na China, faz-se referência e enfatiza-se a experiência moderna da aceleração e da compressão de tempos e de temporalidades que colidem entre si, fruto das transformações sociais e económicas provocadas pela globalização, o crescimento urbano e o reforço da individuação (Rouilleau-Berger, 2017).

Neste texto debatemos algumas das questões fundamentais sobre a relação entre tempo e desenvolvimento, abordando algumas das consequências que a aceleração social e económica desperta, face aos tempos da cultura. Com efeito, a conceção e os modos de organização do tempo estão intimamente relacionados com os conceitos e formas de operacionalizar os objetivos de desenvolvimento, seja qual for a perspetiva ideológica que sustenta este projeto. Até recentemente, a perspetiva predominante de desenvolvimento ocidentalizada assentava essencialmente em pressupostos tecnocientíficos, acumulativos e lineares.

Hoje, questiona-se cada vez mais este paradigma e introduz-se progressivamente o ideário do desenvolvimento sustentável, dominado pela fragmentação de tempos, des-linearidade e pela geração voluntária da espera, da interrupção e da lentidão. A fórmula do desenvolvimento sustentável admite, em grande parte, esta “nova” conceção de tempo (económico, político-legal e cultural), guiado pela figura do tempo-preocupação, isto é, tempo-cuidado, ou tempo responsabilidade.

No plano das escolhas, tal paradigma implica um acordo de tempo entre o desejo pela aceleração do crescimento que se faz com o contributo da ciência e da tecnologia; e a necessidade de sustentar o colapso ou o esgotamento dos recursos naturais, ou seja, os limites impostos pelo tempo natural. O desenvolvimento sustentável seria o resultado deste acordo entre o tempo curto e o tempo longo, ao qual está associada a possibilidade de realização do desenvolvimento durável. A máxima, aliás, seria válida para interpretar os processos sociais, em geral, a diversas escalas.

Neste texto e tendo em conta as abordagens de Appadurai (2013), apresentamos de forma muito exploratória algumas das contradições que se impõem nesse caminho, deixando indicações do que pode configurar uma ação política de tempos, tendente a harmonizar a economia e a cultura, o tempo da economia, não necessariamente acelerativo e o tempo da cultura, não necessariamente de abrandamento ou paragem.

A institucionalização do tempo curto

O desenvolvimento sustentável está associado à ideia segundo a qual há uma intrínseca relação entre tempo natural e tempo social, sendo igualmente assumido que o tempo social integra e convive com o tempo natural. Como bem explica Rosa (2015), este equilíbrio parece ser cada vez mais trágico na modernidade, atendendo, por um lado à aceleração técnica e, por outro, à dependência da sociedade de consumo face ao tempo curto, assim como à colonização imediata do futuro. Por outras palavras, as leis da economia orientam-se no sentido da valorização crescente de meios e mecanismos de redução das esperas na produção e na disponibilização de produtos no mercado.

Com efeito e, em simultâneo, esta mesma economia fica dependente da invenção ou design constante do futuro, um tempo-espço de exploração. Em grande parte, este design do futuro surge legitimado na possibilidade de ser sustentável, uma vez que se socorre da designada “intrínseca relação com o mundo natural”. Todavia, trata-se da mesma economia sedimentada eficazmente no controlo do tempo, na redução da espera e na aceleração. A sua face mais visível é a curta duração dos produtos, das ideias, das coisas, dos padrões.

A não-durabilidade projeta-se material e culturalmente através da moda e de vários outros mecanismos de impulso à renovação e à troca constantes. O futuro vende, desse ponto de vista. Esta é a principal contradição para a qual a política e a economia contemporâneas parecem não ter capacidade de resposta, o que fecha o leque de possibilidades comunicacionais entre sociedades e nas sociedades, em si mesmas, sobretudo se tivermos em conta o efeito da globalização e o modo como esta obriga à normalização das experiências temporais. Não só o futuro vende. Também a própria aceleração (por imitação) é consumível, mesmo que à custa de fragmentação do tempo histórico e sociológico característicos de cada sociedade ou contexto.

Neste plano, a não-aceleração deliberada, que passa pela agregação de fatores e de elementos que agarram o tempo longo dos processos sociais e, principalmente, naturais, pode instalar-se como mais um estilo de vida distintivo, igualmente com potencial de comercialização e de elitização. Para ilustrarmos esta abordagem, basta compararmos os preços dos alimentos que aparecem no mercado com rótulos biológicos (com isso, afirmando-se que os animais/plantas são criados no seu ritmo próprio, sem aditivos), com os preços dos alimentos processados a tempos curtos. O mesmo resultado obtemos, ao compararmos os custos de uma

habitação que usa materiais preparados para o cuidado ambiental e uma habitação que usa materiais mais potencialmente corrosivos do ambiente. Similar raciocínio podemos aplicar às disparidades que se verificam quanto aos preços da água praticados nas diversas regiões e localidades e que têm uma cobertura eleitoralista, num quadro que é, em geral, de escassez progressiva daquele recurso natural e que exigiria mudanças culturais e sociológicas drásticas, em várias esferas e de forma global.

Portanto, podemos assumir que a própria “sustentabilidade” é comercializável e integrada na mesma economia e política da aceleração e do comércio do futuro, bem aculturada pela prática e discurso político. Dito de outro modo, a economia atual (a economia que rentabiliza o futuro, de várias formas e também o passado, neste caso, por exemplo, através do turismo), está, assim, assente no tempo curto e na manipulação de vários outros tipos e modalidades de tempo, entre os quais o natural e o tempo histórico. Sabemos, todavia, que se trata de processos que não atingem de igual modo todas as sociedades e grupos. Estão mais vulneráveis aqueles que menos domínio têm sobre o tempo natural (e da natureza), o tempo histórico e o tempo-memória e que mais facilmente se convertem ao consumo do tempo-futuro, sem terem tempo de ajustar os fundamentos jurídicos e legais a essa aceleração.

Em outras palavras, e na linha de Appadurai (2013), a economia desenvolvimentista “do futuro” está assente na disjunção entre cultura e economia e esta expande-se sem considerar o tempo-memória e o tempo histórico das populações, o que cava ainda mais o fosso entre cultura e economia e traz consequências no próprio tempo – futuro histórico.

A grande contradição

Assim, a grande contradição, no entanto, reside no conflito entre o tempo longo e a economia do futuro extenso – “do futuro aqui”. Com efeito, a presença do futuro no mundo moderno não é consistente, ou concomitante, com a necessária perseverança em relação ao tempo longo, sociologicamente, dando azo a situações de vazio ético-legal, tal como seria demonstrável no quadro do tema já abordado dos usos da água. Mais do que a emergência deste tipo de hiato que se cria pela dificuldade de o Direito prever e acautelar o futuro que é persistentemente e cada vez mais incerto e avassaladoramente presente, devemos considerar a ausência

ou o “esquecimento” (Pillon & Quéré, 2014) do tempo de longa duração a que se assiste na política (política aqui tomada como toda a ação que implica poder de decisão com efeitos sobre a intervenção e a mudança da realidade). Entre o tempo curto das transações comerciais e o tempo longo das transformações culturais e sociais que ganham terreno.

Com efeito, devido ao excessivo peso do futuro economicamente conduzido (a economia centrada no futuro aqui), o exercício de política tende, igualmente, a “distrair-se” em relação aos tempos longos, dando conta das respostas no imediato, a que acresce a necessidade de gerir as ausências ou vazios legais, face à aceleração técnica e social (Pillon & Quéré, 2014). Neste sentido, e paradoxalmente, o futuro histórico (futuro como futuro) fica comprometido pela excessiva experiência do futuro extenso na própria ação política. Assim, maior se torna a vulnerabilidade face às catástrofes e aos desastres naturais e humanos, devido à ausência da preocupação face ao tempo longo – do futuro histórico. Esta conclusão não é novidade e ela marca bem o que foi o desenvolvimento do Ocidente nos últimos séculos, após a revolução industrial, assente no ideário do futuro aberto e o que isso representa ainda na relação com outros povos, situados em contextos temporais culturais distintos, ao exigir destes o mesmo tipo de postura e de pensamento económico sobre o tempo; assim ficando “esquecido” o tempo de longa duração estrutural e socio-natural.

O que nos parece ser mais relevante é o facto de os discursos sobre as opções sustentáveis e o tempo de longa duração surgirem continuamente confundidos entre si, quando objetivamente se trata de coisas distintas que estão em dissonância: por um lado, a proeminência de um futuro usado e manipulado – o futuro aqui – tal como aproveitado pela economia do conhecimento e da inovação; por outro lado, o tempo longo, futuro histórico que resultará das opções tomadas na emergência contínua do presente e que é o futuro “onde” se situam, de facto, as populações e os seus descendentes.

Tal como frisam vários autores (Adam & Groves, 2007; Appadurai, 2013) a cultura (bem como a história, a memória e as aspirações) constituem a experiência temporal dos povos e é fundamental no desenho e no planeamento do tempo de longa duração. Isso significa que a cultura contribui para a construção dos horizontes temporais e que, ao acautelar a participação pública no desenho e no planeamento do futuro, mostra à economia do “futuro aqui”, vias de desenvolvimento consentâneas com a permanência e a persistência humana no futuro.

Mas, para que isso aconteça, é preciso que a política se envolva nessa escolha cultural (que é também natural) do futuro, parafraseando Appadurai (2013).

E esse envolvimento exige tempo e a gestão de várias esperas porque implica não só auscultar, mas muitas vezes tornar conscientes e facilitar a demonstração das suas aspirações e saberes, grande parte das vezes relevantes para a antecipação e prevenção do futuro, muito particularmente em tudo o que respeita o tempo natural e cultural em que ocorrem as catástrofes naturais e humanas.

Por isso, o autor fala-nos do interesse em que a ação política se desenvolva dentro da ética da possibilidade e não da probabilidade, a dominante nas sociedades de risco e incerteza e onde um certo tipo de conhecimento científico e legal – apenas o que seja capaz de gerar impactos imediatos de resposta às urgências – se impõe. A aspiração corresponde, assim, aos horizontes de esperança a possibilitar às populações que vão estando em situação e na condição de opressão e insegurança.



Figura 1 - Peça jornalística sobre o povo Rohingya

Fonte: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/onu-alerta-para-possibilidade-de-limpeza-etnica-do-povo-rohingya-na-birmania_n1026316

Chegamos ao ponto em que se torna evidente a necessidade de a política considerar como eixo fundamental da sua ação, o diagnóstico e conhecimento do tempo, bem como a inclusão do tempo como dimensão central da sua ação que é de foro político e legal, de forma a evitar os quatro riscos que apresentamos a seguir:

- Ausência do tempo cuidado
- Falha na antecipação e na realização de uma política de cuidado
- Falha na análise de cenários e consequências
- Vazio na regulação – do tempo e no tempo

Uma questão de design e de regulação do tempo?

Os conteúdos dos manuais sobre o planeamento, a previsão e a simulação contemplam, fundamentalmente, a dimensão cronológica do tempo. Isto é, o tempo é traduzido em quantidades medíveis através dos tradicionais marcadores que constam dos calendários e de outros instrumentos. Prevalece, assim, uma orientação temporal centrada sobre a dimensão quantificável do tempo que é importante, mas que necessita de ser integrada com outras dimensões do tempo, seguindo Appadurai (2013):

- Tempo como eixo de desenvolvimento-preocupação e cuidado
- Tempo e emancipação-participação-antecipação
- Tempo como realizador da ética da possibilidade e não só da ética da probabilidade

Neste texto, defendemos ser cada vez mais importante ao planeamento e aos sectores que trabalham com a previsão incluírem práticas de governação do tempo, numa perspetiva multinível que conjuga o curto prazo, com o longo prazo, numa perspetiva dialógica entre tempo natural e tempo sociocultural. Consideramos a existência de um espaço concreto para a política e a regulação dos tempos que estas devem tornar explícita, face à complexidade do mundo presente, constituindo uma área de competência por si mesma.

Existem diversas formas de operacionalizar uma abordagem à prática política preocupada com o tempo e a temporalidade, nas diversas perspetivas enunciadas acima, muito especialmente no que se refere à adoção do longo prazo (Koselleck, 2000; 2004). Tal diversidade justifica-se, pois cada campo ou sistema (cultura, economia, ciência, política, direito, média) comporta singularidades no que respeita às formas de perceber e organizar o tempo. É, no entanto, possível estabelecer uma grelha primária, a partir da identificação da missão específica de cada sistema, tal como se encontra na tabela seguinte.

Esferas	Bem comum Longo prazo	Bem comum Curto prazo
Saúde	Antecipação	Redução da espera Controlo da aceleração (por exemplo, no controlo dos tempos de produção na alimentação)
Segurança	Antecipação	Redução da espera
Educação	Antecipação	Gestão da espera Controlo da aceleração e dos ritmos
Direito /sistema judicial	Antecipação, prevenção e consequência Valores, ética e regulação	Gestão e ponderação da espera
Trabalho/economia	Consequências e efeitos, impactos	Gestão do tempo de resposta
Ambiente e território	Antecipação, simulação, consequências, impactos, regulação	Gestão da espera, gestão da aceleração na resposta em situações de catástrofe

Tabela 1 - Esferas de ação da política e operacionalização de formas de administração do tempo

Observamos que, independentemente das especificidades de cada esfera que marca a experiência social dos indivíduos, há algumas constâncias no que toca ao longo e ao curto prazo. As questões relacionadas com o curto prazo estão ligadas ao desenvolvimento de estratégias que possam, fundamentalmente, contribuir para a gestão de esperas (ora no sentido de as eliminar, como acontece em relação aos tratamentos médicos, ora no sentido de as gerar e favorecer, como acontece na educação).

No longo prazo, a ação temporal surge mais associada à antecipação e à identificação de consequências de impactos, o que ocorre em todas as esferas. Referimo-nos aqui à antecipação enquanto ato proactivo de diagnóstico e de avaliação de preeminência de catástrofe sem contornos previsíveis, como acontece no caso de incêndios de amplo espectro. O tempo da ciência e da sua expertise incluir-se-ia a este nível, por contribuir para a avaliação das fórmulas mais adequadas de mediação entre os vários tempos (e esperas) que não obedecem a um padrão ou planeamento cronológica e linearmente determinado. Trata-se de um tempo ciência que merece também ser analisado enquanto tempo necessariamente cultural e social, por implicar o envolvimento dos sujeitos sociais e considerar

a (des)construção dos seus saberes sobre a relação adequada com o tempo de longa duração, na perspectiva de desenvolvimento durável e sustentável (futuro como cuidado).

Quando pensamos em desenvolvimento, é frequente remeter-nos a uma escala de ação macroestrutural. Esta escala é sem dúvida relevante e é fundamental para percebermos algumas das diferenças que permanecem hoje entre países “adiantados” e países “em atraso”, em contexto europeu ou mundial. Remete-nos para a própria constituição do Estado e a importância do contrato como forma de salvaguarda e fixação do tempo.

Os tempos histórico e cultural, responsáveis pela coerência nas tomadas de decisão que implicam as diferentes modalidades de tempo – passado, presente e futuro – difere de sociedade para sociedade e propiciam-se a ser mais ou menos materializados no presente. Um projeto de desenvolvimento sustentável, no sentido dado por Appadurai (2013) pressupõe a necessidade constante de incorporar na tomada de decisão política o cuidado face ao futuro desconhecido através da gestão imediata e persistente da antecipação, com recurso eventual à simulação.

Este normativo é ainda mais importante, no quadro do cuidado pelo tempo natural e traz necessariamente mais desafios aos países que respondem às exigências da globalização, mas que permanecem hoje com o estatuto de mercados de consumo em emergência ou de países em “atraso”. Tais dificuldades reforçam-se, assim, no quadro de tradicionais divisões realizadas a nível mundial na base de ideários lineares de desenvolvimento que não consideram o tempo sociocultural das populações abrangidas, como acontece ainda na relação entre o Sul e o Norte.

A aprendizagem cultural do tempo e o desafio da aceleração e globalização

A Sociologia e a Antropologia do tempo mantiveram a ideia de que o modo de estar e de entender o tempo, com implicações na economia e na sociedade, diverge conforme os contextos culturais, sendo tradicionalmente aceite a ideia de que no Ocidente domina a cultura temporal de tipo monocrono e linear, onde o futuro tem um lugar especial, por funcionar como principal orientador da ação. Enquanto isso, as culturas “quentes” corresponderiam aos contextos em que a separação temporal entre modalidades do tempo – passado, presente e futuro – não é saliente, nem tem grande sentido para a orientação da vida no dia-a-dia.

Este aspeto cultural do tempo e sua diversidade nunca foram realmente explorados na abordagem ao desenvolvimento em nenhum estudo, mas é mais do que tomado como adquirido que os países com culturas de tempo orientadas para o futuro favorecem a acumulação e o crescimento, rente a outros que não cultivam este horizonte culturalmente enraizado e que, portanto, vivem fundamentalmente a emergência e a importância do presente. O que também não está clarificado é o modo como os programas e transações económicas que caracterizam a globalização estão a lidar com essas especificidades e a transformá-las profundamente, a ponto de mudarem as próprias representações do tempo, no sentido do consumo e da orientação para o futuro dominado pelo imaginário tecnológico.

Estamos em contextos muito diversos de consistência política, em que grande parte dos países outrora classificados como culturas do tempo “quente”, de convivência direta entre o tempo natural e o tempo social continuam a lutar pela sedimentação das suas identidades políticas, étnicas e religiosas. Assim, importa questionar se o desenvolvimento sustentável, devido ao tipo de definição de tempo que inclui, representa uma forma de aliança e de aprendizagem, ou representará, em lugar disso, mais um mecanismo de pressão e de condicionamento e dependência (Sachs, 2015). Isto é visível nas discussões sobre o ambiente e os efeitos do aquecimento global sobre os países em situação de maior vulnerabilidade global para antecipar o futuro e fazer face a ameaças.

Notas finais

Os últimos planos e definições de desenvolvimento sustentável modificam grandemente esses ideários, pelo menos a nível discursivo, com o objetivo de dar força justamente às aspirações dos povos e à sua capacidade de traçar os futuros. Instituições internacionais com poder de regulação como a ONU ou a UE subscvem este entendimento e têm vindo a protocolar uma série de medidas que cobrem a melhoria das relações entre tempo social e tecnológico e tempo natural, mas na prática trata-se de um projeto difícil até porque as definições de futuro e de longo prazo se confundem e remetem para realidades díspares, em simultâneo que se alimentam entre si, numa economia cujos princípios são iminentemente neoclássicos e ditados pela fidelização à globalização e ao consumo.

Deste ponto de vista, o “futuro comum” que servia de mote em 1987 ao plano de desenvolvimento da ONU permanece como um referencial que evidencia a

importância do tempo na tomada de decisão política. Nos últimos anos podemos verificar que a economia adotou e transformou consideravelmente as características valorizadas do tempo, a ponto de transformar o futuro num produto vendável, de múltiplas formas, algumas das quais traduzíveis no medo e no risco. Tal como frisa Appadurai, quando o tempo do Ocidente dá sinais de entrar em colapso, também em virtude da rápida redução à Economia, urge pensar, não só em formas de articulação da cultura, num sentido estrito, mas também em sentido amplo, tendo em conta as relações entre países e contextos culturais e o modo como estes podem ser articulados e pensados nas opções económicas. Isso significa qualificar a política em termos de orientação e de administração do tempo e suas consequências, incluindo a emergência de conflitos entre tempos e temporalidades, em diversos planos, entre os quais os naturais e os sociais.

Referências

- ADAM, B. & GROVES, C. (2007). *The future matters*. London: Brill.
- APPADURAI, A. (2013). *The future as a cultural fact*. Essays on the global condition. USA: Verso Books.
- KOSELLECK, R. (2000). *Los estratos de tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós.
- KOSELLECK, R. (2004). *The future past. on the semantics of historical time*. New York: Columbia University Press.
- PILLON, J.-M. & QUÉRÉ, O. (2014). La planification de l'action publique à l'échelle du planning. *Temporalités*, 19. Retirado de: <http://journals.openedition.org/temporalites/2736>; doi 10.4000/temporalites.2736
- ROSA, H. (2015). *Social acceleration-a new theory of modernity*. New York: Columbia University Press.
- ROULLEAU-BERGER, L. (2017). Introduction. *Temporalités*, 26. Retirado de: <http://journals.openedition.org/temporalites/3817>
- SACHS, J. (2015). *The sustainable development*. Columbia University: Columbia University Press.